

O método materialista dialético da economia política [este é o artigo enviado em 18mar18]

Claus Germer¹

Resumo

O objetivo de presente artigo não é o método da economia política em sua particularidade, mas em sua inserção no método de pesquisa mais amplo e geral, fundamentado no materialismo filosófico e na dialética materialista. É mais ou menos consensual que o marxismo não pode ser reduzido, no que diz respeito ao estudo da sociedade, a uma teoria econômica, ou antropológica, ou política, ou qualquer outra, sendo, ao contrário, uma concepção de mundo totalizante, ou uma teoria ou método de apreensão do existente. Mas o aprofundamento da divisão do trabalho intelectual, no campo das ciências humanas ou sociais, e a sua cristalização acadêmica burguesa, resultaram em um considerável fatiamento e cristalização do próprio campo teórico marxista, que corre o risco de perder gradualmente a sua unidade de fundo, proporcionada pelo método geral, baseado no materialismo e na dialética. A unidade de fundo mencionada implica que o método da economia política é uma particularização do método geral e a ele se vincula por intermédio de uma derivação ao longo de uma sequência de níveis. Este artigo pretende expor, esquematicamente, os elementos fundamentais do método geral, em grandes traços, e da sequência de níveis que conduz ao método da economia política, entendido como particularização do método geral.

Palavras-chave: método da economia política; economia política e materialismo dialético; método da economia política e materialismo histórico.

1. Introdução

O método de Marx (e Engels) constitui uma espécie de enigma a ser decifrado, uma vez que se alega que não produziram um tratado, ou pelo menos um texto mais detalhado, expondo-o. Lênin, por exemplo, afirmou que, embora Marx não tenha nos deixado um texto sobre o método, deixou-nos o método de *O capital*. A tirada de Lênin tem um fundo de verdade, mas, a melhor exame, Marx e Engels deixaram diversos escritos referentes especificamente ao método e, se é verdade que Marx nos deixou o método de *O capital*, este já deveria ter sido extraído da estrutura e da construção desta obra, empreendimento já intentado por diversos autores marxistas destacados². No entanto, nenhuma destas tentativas resultou em um guia reconhecido para uso dos pesquisadores marxistas.

Por outro lado, embora seja mais ou menos consensual que o marxismo não pode ser reduzido, no que diz respeito ao estudo da sociedade, a uma teoria econômica, ou antropológica, ou política, ou qualquer outra, sendo, ao contrário, uma concepção de mundo totalizante, ou uma teoria ou método de apreensão do existente, a verdade é que o aprofundamento da divisão do trabalho intelectual, no campo das ciências humanas ou sociais, e a sua cristalização acadêmica burguesa, resultaram em um considerável fatiamento e cristalização do próprio campo teórico marxista, seguindo as linhas divisórias, reciprocamente excludentes, na aparência, das ciências humanas burguesas.

¹ Professor senior do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Econômico da UFPR.

² Uma tentativa abrangente neste sentido é a de Lange (1967).

Mas as ciências humanas burguesas possuem uma unidade de fundo de fato, que falta atualmente ao marxismo. A unidade do campo burguês é assegurada, graças ao poder econômico e político de que é detentor, pela difusão sistemática, metódica e cotidiana dos seus fundamentos filosóficos e metodológicos, por milhares e milhões de vias que penetram até os últimos rincões da sociedade e da consciência da sua intelectualidade e mesmo da população comum. Os mencionados fundamentos podem ser sintetizados no bloco constituído, atualmente, pelo idealismo filosófico, pela lógica formal e pelo individualismo metodológico. Mesmo que dividido, cada um destes campos, em numerosas correntes concorrentes e com títulos que se renovam de tempos em tempos, estas não são mais do que diferenciações das mesmas concepções de fundo. Se isto puder ser admitido, pode-se concluir que o problema do marxismo não é propriamente o seu fatiamento, que expressa, afinal, a necessária divisão do trabalho intelectual nesta fase do desenvolvimento do estudo científico da sociedade. O problema é o fato de seguir as linhas divisórias, reciprocamente excludentes, das ciências humanas burguesas, sem possuir, no entanto, atualmente, como aquela, uma unidade filosófica, teórica e metodológica de fundo.

Lukács concedeu um lugar de destaque especial ao conceito de totalidade no marxismo, a diferenciá-lo do pensamento burguês, situando-o inclusive, audaciosamente, acima da "primazia dos motivos econômicos na explicação histórica" (Lukács, 1967). É talvez uma ironia que o chamado 'marxismo ocidental', ampla e heterogênea corrente da qual Lukács é considerado o principal entre seus fundadores (ver Anderson, 1976), contribuiu decisivamente para a pulverização do marxismo em diversas disciplinas reciprocamente excludentes, em claro contraste com a concepção de totalidade da realidade objetiva por ele postulada. Não só isso, pois também deixou em segundo plano a esfera que, no marxismo, é considerada a base e fundamento de todo o edifício social: a chamada base econômica, esfera das relações sociais de produção e distribuição ou relações econômicas, dedicando-se principalmente a análises de segmentos da superestrutura. Na medida que a superestrutura é determinada pela base econômica, como se verá, a omissão desta é fatal para a consistência e interconexão marxistas das obras do marxismo ocidental, em termos genéricos.

Este artigo focaliza o chamado método da economia política e, com base na indicação de Lênin – de que Marx deixou-nos o método de *O capital* –, pretende sugerir um esboço do conjunto da matriz teórica e metodológica, mencionada acima, que a crítica da economia política de Marx pressupõe e na qual se insere e se apóia. Esta constitui a teoria marxista da base econômica dos modos de produção, mesclada com a análise especificamente do capitalismo, contida em *O capital* e complementada por diversas outras obras do próprio Marx e também de Engels. A análise contida em *O capital* não se limita, porém, teórica e metodologicamente, ao modo de produção capitalista, mas pressupõe e insere-se em uma matriz teórica e metodológica que compreende os pilares da

explicação de toda a evolução da sociedade e, conseqüentemente, dos modos de produção e da sua sucessão histórica. Esta amplitude não decorre de uma pretensão descabida de elaborar um sistema de cobertura universal, mas apresenta-se como a armadura teórica e metodológica necessária para dar suporte à descoberta e explicação das leis que presidem o movimento do capital. Isto significa que *O capital* não teria o formato e o conteúdo que tem sem esta matriz, e que, portanto, os elementos desta, contidos em *O capital*, podem e devem ser dele extraídos.

Os elementos metodológicos da matriz citada não se encontram todos suficientemente desenvolvidos, e aparecem mais como grandes marcos demarcadores dos pilares da matriz mencionada, do que como teorias com suficiente grau de acabamento. No entanto, a matriz existe, é consistente, e constitui o enquadramento filosófico, teórico e metodológico necessário de *O capital*.

Duas distinções fundamentais serão feitas neste artigo. Em primeiro lugar, propõe-se uma distinção, de extraordinária importância prática para a pesquisa econômica marxista, entre o método de elaboração da teoria e o método de aplicação da teoria à realidade que a mesma representa, que serão denominados, respectivamente, método teórico e método aplicado. Em segundo lugar, o estudo da realidade social pode, e deve, ser dividido em níveis analiticamente significativos dispostos em escala hierárquica descendente a partir do método geral, cada um subordinado ao anterior. No topo situa-se o método geral do materialismo dialético, e na base de um dos seus ramos, que é o materialismo histórico, encontra-se o chamado método da economia política, tema deste artigo.

O presente texto possui um caráter necessariamente esquemático, principalmente por opção, embora também devido ao espaço. O caráter esquemático deve-se à intenção de fornecer uma visão de conjunto, como primeira aproximação, do método da economia política, tal como foi concebido pelo marxismo clássico, isto é, o marxismo desenvolvido pelos chamados clássicos, principalmente Marx, Engels e Lênin. Contribuições de outros autores próximos a estes, cronologicamente, serão mencionadas, mas sem ser possível uma apreciação mais criteriosa, o que terá que ficar eventualmente para elaborações posteriores.

2.1. O método da economia política

Quando se fala em método, no marxismo, entende-se mais comumente o método da economia política, certamente porque a obra máxima de Marx, *O capital*, focaliza a base econômica da sociedade atual, e porque o principal escrito de Marx especificamente sobre o método foi intitulado 'método da economia política'³. No entanto, o método da economia política é um método de

³ Este texto de Marx, que faz parte de um texto maior sobre diversos problemas de método (Introdução à Contribuição ...) (Marx et Engels, 1974, p.111-187), não é o único escrito de Marx sobre o método. Outro texto é a seção 2, O segredo da construção especulativa, do capítulo 5 de *A sagrada Família*, que complementa o primeiro no

pesquisa e estudo apenas de uma esfera particular – a base econômica – de um modo de produção particular: o capitalismo. Portanto, a economia política, em sentido estrito, é a teoria econômica do capitalismo. Por outro lado, o modo de produção e a base econômica são temas de apenas uma das duas grandes subdivisões do método, que é o materialismo histórico, sendo o outro o materialismo naturalista, isto é, a concepção materialista e dialética da natureza. Não se trata, portanto, do método de pesquisa da realidade em geral, o qual engloba não uma ou outra esfera particular da realidade, mas focaliza esta no maior nível de generalidade ou de abstração, sob o conceito de matéria. Portanto, qualquer método aplicado a uma esfera particular deve ter como fundamento os princípios gerais da concepção da matéria. Segue-se disto que se deve entender o método (teórico), no marxismo, como o método de pesquisa da realidade em geral, do qual o método de qualquer esfera particular, como o da economia política, é entendido como apenas uma particularização. Portanto, o método da economia política incorpora o método geral e os princípios metodológicos das esferas superiores da realidade, nas quais a mesma está inserida.

1. O método em geral e seus elementos fundamentais

1.1. O que é método

No sentido geral, do senso comum, o método é o modo de ordenamento de uma atividade com o fim de atingir um objetivo determinado. No sentido específico de meio de geração de conhecimento, isto é, como instrumento de pesquisa, o método é o procedimento necessário para que o ser humano possa reproduzir o objeto ou fenômeno estudado, ou seja, explicá-lo o mais fielmente possível, no e através do pensamento. O procedimento referido consiste no conjunto de leis do método ou leis do pensamento. O objeto ou fenômeno reproduzido pelo pensamento é uma categoria do pensamento – um conceito ou uma teoria (Marx, 1902-03; Germer, 2003).

Como o conhecimento, segundo o materialismo, decorre da atividade prática⁴ (Germer, 2003), e sendo a pesquisa motivada pelo objetivo de produzir novos conhecimentos, segue-se que a pesquisa científica é essencialmente uma atividade prática, mas uma atividade prática organizada metodicamente, com o objetivo consciente de gerar novos conhecimentos sobre um objeto ou fenômeno determinados. Inicialmente o conhecimento emergiu espontaneamente com base em uma dupla prática, dando origem ao conhecimento da natureza, como resultado da prática produtiva, e ao

tratamento da abstração como método científico e da distinção entre as concepções idealista e materialista da abstração (Engels & Marx, 1973). Também em A miséria da filosofia a seção 1 do cap. 2 intitula-se O método (Engels & Marx, 1977). A carta a Annenkov (Marx & Engels, 1974, p. 20-31), assim como o Prefácio à Contribuição à crítica da economia política são obviamente textos metodológicos. Contribuições adicionais indispensáveis encontram-se no prefácio à 1ª e no pós-fácio à 2ª edições alemãs de OCI e em outros textos menores, e nos escritos de Engels. Há, portanto, muito material a ser ainda examinado.

⁴ "O defeito fundamental de todo materialismo anterior ... está em que só concebe o objeto, a realidade, o ato sensorial, sob a forma do objeto ou da percepção, mas não como atividade sensorial humana, como prática, ..." (Marx, s/d, p. 208; Labica, 1990, p. 21).

conhecimento da sociedade, como resultado da prática social ou das relações em sociedade. Como todo conhecimento é uma reprodução da realidade pelo pensamento⁵, e como o próprio método é uma forma de conhecimento, segue-se que também o método deve ser entendido como uma reprodução da realidade, no sentido de que o pensamento reproduz, ou reflete, as leis da realidade como leis do pensamento. (Engels, 1978)⁶.

O materialismo filosófico

O materialismo filosófico e a dialética materialista são os pilares e constituintes fundamentais do método do marxismo. Pode-se dizer que constituem a sua síntese mais abstrata. Não é possível inserir-se consistentemente no marxismo desconhecendo, ou mesmo apenas subestimando, um destes elementos.

O materialismo filosófico pode ser definido por uma fórmula simples, como a concepção segundo a qual a realidade material é a única realidade, isto é, "tudo o que existe é apenas matéria ou depende da matéria" (Bhaskar, 1988), não existindo portanto uma realidade extra-matéria ou sobrenatural, pressuposta pelas religiões e pelo idealismo filosófico, expressão refinada daquelas. Esta fórmula simples, porém, embora correta, requer algumas qualificações, referentes aos dois termos – materialismo e matéria –, a fim de que o materialismo filosófico não seja confundido com concepções aparentemente próximas. Como o pensamento constitui uma das esferas da realidade material, cujos fenômenos são também chamados 'espirituais', também se pode dizer que o materialismo filosófico é a corrente filosófica que concebe o mundo material – realidade objetiva – como primário, sendo os fenômenos espirituais dele derivados.

O idealismo filosófico, em frontal contraste com o materialismo, considera primário o mundo espiritual, sendo o mundo material – se considerado existente – dele derivado. O significado de matéria, porém, não é o mesmo para todos. Segundo cada corrente do idealismo, o mundo material pode, ou não, existir realmente, isto é, independentemente da existência da consciência, ou seja, do ser humano. No entanto, há correntes do idealismo – cujo exemplo extremo é a filosofia do bispo Berkeley (1685-1753) – que concebem o mundo material como mera ilusão mental, que não existe, portanto, fora da consciência humana.

Uma distinção importante a ser feita é a existente entre o materialismo filosófico marxista e outras formas de materialismo que não incluem o materialismo como filosofia e a concepção materialista da sociedade, portanto ignoram o materialismo histórico. É indispensável, por exemplo, distinguir o

⁵ Segundo Marx, "para mim, ao contrário [de Hegel – cmg], o ideal [isto é, as idéias, pensamentos – cmg] nada mais é que o material transposto e traduzido na mente humana" (Marx, Posfácio, p. ..).

⁶ "(...) as leis da Natureza não são proposições formuladas por nós mas fatos objetivos, que podemos descobrir mas cujos limites não podemos transpor (...)" (Hegel, apud Inwood, p. 203)

materialismo filosófico do realismo, cuja característica essencial é o reconhecimento de uma realidade objetiva, portanto exterior e independente da consciência, que é captada pelos órgãos dos sentidos. Mas este mundo exterior pode ser apenas ideal – um mundo de idéias –, como em Platão e seus seguidores (Bergman, 1926, p. 79). Em síntese, segundo o realismo, as idéias correspondem a coisas objetivas existentes fora da consciência e independentemente dela, mas distingue-se do materialismo porque não exclui a existência de uma realidade sobrenatural, uma divindade, etc., que seria também um conjunto de coisas existentes fora da consciência.

O desenvolvimento do materialismo moderno é um produto espontâneo do capitalismo, decorrente do caráter do desenvolvimento tecnológico como elemento essencial da concorrência intercapitalista, o que exigiu e promoveu o desenvolvimento espetacular experimentado pelas ciências naturais na era capitalista, em especial a partir da revolução industrial do século 18 (M&E, s/d,a, p. 283-302). As exigências da concorrência requerem resultados aplicáveis, na prática, à produção e à circulação do produzido, o que dispensa por completo categorias fantasiosas referentes ao sobrenatural, à magia, a divindades, etc. Este é o motivo pelo qual os cientistas dedicados à pesquisa das ciências naturais são materialistas, mesmo que não o declarem ou reconheçam, ou tenham mesmo consciência disto⁷. No entanto, este materialismo é meramente prático, não está baseado em uma concepção filosófica sobre o caráter da existência, ou seja, não se baseia no materialismo filosófico.

A concepção da própria matéria, como essência do mundo material, está longe de ser consensual, e o seu desenvolvimento foi essencial – e continua sendo – para delimitar com rigor o campo do materialismo filosófico. Embora o conceito de matéria pareça fácil e claro, na realidade não é assim, pois a matéria pode ser encontrada em diferentes formas e definida, portanto, de diferentes maneiras, sendo, no entanto, mais comumente identificada, no senso comum, com objetos físicos, o que levou, inicialmente, a se identificar, de modo equivocado, 'material' com físico. Devido a isto, fenômenos aparentemente ou realmente não-físicos – como, por exemplo, fenômenos descobertos pela física, tais como a radioatividade, as ondas e campos eletromagnéticos, assim como fenômenos mentais, psicológicos, culturais e outros –, deram origem, por parte de filósofos e cientistas não materialistas, ao argumento de que existiam outras realidades além da matéria, concluindo que o materialismo filosófico estaria refutado. No entanto, os fenômenos sucessivamente apresentados como supostamente não-materiais foram reconhecidos, pelo desenvolvimento da ciência, como de natureza comprovadamente material, demonstrando que a matéria apresenta-se sob diversas formas além daquela palpavelmente física. Vê-se, assim, que o rigor do materialismo filosófico depende da

⁷ "O materialismo é atualmente a ontologia sistemática dominante entre filósofos e cientistas, e no momento não há abordagens ontológicas alternativas competindo com ele" (MOSER and TROUT, p. ix).

precisão do conceito de matéria, e que este deve abarcar todas as suas formas de existência (Fataliev, p. 91 ss)⁸.

Do exposto segue-se que, se a matéria existe sob diversas formas, o conceito de matéria não pode incluir referência a qualquer das suas formas concretas de existência, mas deve, seguindo o método científico usual da abstração, excluir as características diferenciais destas diversas formas e concentrar-se naquilo que todas as formas têm em comum, isto é, na sua essência. Constituindo a matéria uma abstração no sentido usual, compreende-se a afirmação de Engels, de que "a matéria como tal é uma pura criação da mente e uma abstração" (Engels, 1978, p. 519), o que certamente causará espanto em muitos leitores marxistas. Mas em seguida Engels esclarece que a matéria, como conceito abstrato no sentido materialista, não existe como tal: "... a matéria nada mais é que a totalidade das coisas materiais das quais este conceito é abstraído" (Ibidem, p.503). O mesmo ocorre com termos comuns, como fruta (exemplificado por Hegel, 1979, § 13, retomado por Marx, in Marx & Engels, 1974, p. 38-40), que não existem materialmente como tais, constituindo elaborações mentais ou conceitos, que designam coleções de objetos materiais, cada uma com uma essência comum. O conceito de matéria é uma elaboração mental deste tipo. Marx refere-se, no mesmo sentido, ao próprio trabalho: "(...) o trabalho, (...) não é nada mais que uma abstração e, considerado em si, nem sequer existe" (Marx, 1985, p. ;1980, p...).

Como o debate mais que secular sobre o materialismo filosófico apontou a existência não apenas da forma física da matéria, mas de diversas outras formas, o conceito materialista de matéria deve passar a abranger não apenas objetos físicos. Para isto foi necessário elaborar um conceito mais geral de matéria, tarefa que coube a Lênin, que definiu a matéria como (1) tudo o que existe fora e independentemente da consciência humana e (2) é percebido pelos sentidos humanos. Esta segunda parte é que, segundo Wetter, faz de Lênin um 'verdadeiro materialista', pois a primeira parte caracterizaria apenas o realismo, não o materialismo (Wetter, p. 24).

Portanto, o conceito filosófico de matéria não está vinculado a nenhuma das suas formas particulares, mas refere-se à matéria na máxima abstração, que abarca todas as suas formas de existência. Deve-se a Lênin este refinamento do conceito de matéria⁹.

⁸ A delimitação precisa do conceito de matéria e sua aplicação a todos os fenômenos da existência não foi um processo pacífico, mas estabeleceu-se graças a uma incansável e contínua luta teórica entre cientistas e filósofos materialistas e idealistas durante o século 20, de que são exemplos Fataliev e Meliujin no campo materialista.

⁹ Eis como Wetter aborda esta evolução no marxismo: "(...) Engels ... era materialista porque concebia a matéria como realidade fundamental e única. Podem-se considerar conceitos como imagens das coisas e, apesar disso, aceitar-se uma realidade espiritual, independente da matéria". Segundo o mesmo autor, o conceito de matéria de Lênin, como tudo o que existe fora e independentemente da consciência, é compatível com a existência de "um ser espiritual, que seria, a um tempo, realidade objetiva, existente fora da nossa consciência", porém acrescenta: "Lênin estreita o conceito de 'realidade' para o que atua sobre os nossos órgãos sensoriais e mostra assim ser um verdadeiro materialista" (Wetter, p. 22, 24).

Desta concepção decorre que um conceito só é válido se a sua origem e correspondência na realidade material puder ser comprovada, uma vez que não há outra origem do pensamento. Para o materialismo, o critério da verdade é a prática, isto é, o critério para considerar verdadeira uma proposição sobre a realidade é a sua eficácia na aplicação prática (Lênin, 1982)¹⁰.

A dialética materialista constitui o segundo pilar sobre o qual se assenta o materialismo dialético e, conseqüentemente, também o materialismo histórico. Embora seja comum, ao referir-se à dialética, não se acrescentar o adjetivo 'materialista', não é irrelevante fazê-lo, uma vez que existe uma dialética idealista, desenvolvida de Kant a Hegel, da qual Marx tomou o conceito e, como ele mesmo se expressou, colocou-o de pé, uma vez que encontrava-se de cabeça para baixo.

Segundo a exposição de Engels (s/d,b, p. 193-198) a dialética atingiu sua forma plena com Hegel, substituindo o método de pensamento anterior, que Hegel denominou metafísica, baseado na imutabilidade e no isolamento recíproco dos objetos e fenômenos da existência. A dialética revolucionou a filosofia concebendo o mundo como um conjunto não de elementos imutáveis e isolados uns dos outros, mas como um conjunto de processos interligados em uma totalidade e em ininterrupto movimento de transformação. Mas a dialética hegeliana, exposta na *Ciência da Lógica* – que é a ciência da lógica dialética –, era idealista, isto é, baseava-se na concepção da primazia do espírito sobre a matéria, de tal modo que o movimento do real era apenas o reflexo do auto-movimento do espírito¹¹. Marx e Engels integraram a dialética ao materialismo na forma da lógica materialista. Segundo Marx, "a mistificação que a dialética sofreu nas mãos de Hegel, de modo algum impede que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento de maneira abrangente e consciente" (Marx, 1983, p. 20; 1981, p. 12).

Marx e Engels tomaram de Hegel o elemento revolucionário da sua filosofia – a dialética – descartando a sua forma idealista, demonstrando que o movimento observado no mundo real não tinha a sua origem em um impulso sobrenatural, mas originava-se no âmago da própria matéria, nas contradições nela residentes. Correspondentemente, demonstraram que as leis da dialética, expostas por Hegel, e que para ele eram leis do pensamento, eram na realidade deduzidas da própria realidade material, mas que Hegel atribuiu ao pensamento, devido a uma ilusão decorrente das características do processo de apreensão da realidade pelo pensamento (Marx, 1973).

¹⁰ Isto não exclui a elaboração de conceitos a partir de conceitos preexistentes originados na realidade material. Também não exclui a combinação de conceitos sobre objetos reais a fim de construir representações da realidade que não correspondem a quaisquer objetos reais, como são, por exemplo, as hipóteses científicas, as obras de ficção artística – literatura, cinema, etc –, as ideologias religiosas, etc.

¹¹ "Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem" (OCI/1, p. 20; DKI, p. 12).

A importância da lógica, no materialismo dialético, decorre da centralidade da relação entre o Ser e o Pensar, ou seja, entre a consciência humana e a maneira pela qual ela se apropria da realidade objetiva. A lógica compreende as formas e leis do pensamento que medeiam esta relação. Como o pensamento também é um produto da matéria, as suas formas e leis são também, do mesmo modo que nas demais formas da matéria, expressões das características objetivas do pensamento, que são aos poucos desvendadas pelo desenvolvimento do conhecimento humano. A lógica formal, ao contrário, considera que as leis da lógica são recursos elaborados pela mente, independentemente do mundo exterior, a fim de compreender a realidade, ou seja, a lógica ensinaria a pensar. A propósito disto, Lênin cita a "penetrante observação [de Hegel – cmg] sobre a lógica: 'é uma noção preconcebida', que [a lógica – cmg] 'ensina a pensar' (do mesmo modo que a fisiologia 'ensina' a digerir??)" (Lênin, 1986, p. 77)¹².

Sendo assim, toda pesquisa tem por objetivo descobrir as leis que presidem o processo de existência do objeto ou fenômeno, suas leis de movimento. A lei científica é o enunciado ou conjunto de enunciados que expõem e explicam o movimento do objeto ou fenômeno pesquisado. A simples descrição de um objeto ou fenômeno é uma fotografia do seu estado em determinado momento e revela as suas partes constituintes, e é objeto da lógica formal, enquanto a lei expõe o seu processo de existência, isto é, explica o seu movimento ou processo de evolução e transformação, objeto da dialética.

"A dialética é a ciência das leis mais gerais de desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento" (DF, p. 115), ou seja, das leis que presidem o movimento, a transformação da matéria nas suas diferentes formas, e a categoria principal da dialética materialista é a contradição". Estas leis constituem características da realidade material e, como tais, convertem-se em elementos do método, e devem fazer parte de qualquer pesquisa ou análise baseada no materialismo filosófico¹³. Engels enumera as três leis: "a lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; a lei da interpenetração dos opostos; a lei da negação da negação" (Engels, 1964, p. 63). Como as leis do

¹² Na passagem indicada por Lênin, Hegel classifica como preconceito a idéia de "que através dela [a lógica – cmg] se aprenda a pensar, (...) como se somente após estudar Anatomia e Fisiologia aprendêssemos a digerir e nos movimentar ..." (Hegel, 1990, p. 14, tradução livre). A anatomia e a fisiologia não são ciências que ensinam o ser humano a caminhar e a digerir, respectivamente. Ao contrário, estas ciências procuram, através da pesquisa, explicar teoricamente o caminhar e o digerir espontâneos do ser humano. Do mesmo modo, o ser humano não necessitou que a lógica viesse ensiná-lo a pensar, ao contrário, a lógica é que resultou do desenvolvimento espontâneo da capacidade de pensar do ser humano ao longo de uma prática multi-milenar. Assim, do mesmo modo que a fisiologia procura identificar as leis da digestão, a lógica procura identificar as leis do pensamento, tal como podem ser extraídas da observação metódica do processo de pensamento.

¹³ "As leis da dialética são ... extraídas da história da natureza, assim como da história da sociedade humana. Elas não são, com efeito, nada mais do que as leis gerais destas duas fases do desenvolvimento histórico, assim como do próprio pensamento. (...) [Todas - cmg] foram desenvolvidas por Hegel, no seu estilo idealista, como simples leis do pensamento. O erro [de Hegel – cmg] consiste em que essas leis, como leis do pensamento, são impostas à natureza e à história, ao invés de serem deduzidas destas" (Engels, 1978, p. 348). Na síntese de Kopnin, "... as leis do pensamento são o reflexo das leis da natureza" (Kopnin, p. 51)

pensamento refletem as leis da realidade objetiva, pode-se falar em uma dialética objetiva, a dialética do real, e uma dialética subjetiva, a dialética do pensamento (ibidem, p. 214).

É comum encontrar-se críticas à exposição, considerada deficiente, de Engels, no *Anti-Dühring*, sobre as leis da dialética. Mas Engels estendeu-se mais sobre este tema em outra obra, dedicada especificamente ao mesmo, *A dialética da natureza*. Como só foi publicada em 1925 (Engels, 1978; Burlatski, 1981, p. 14), autores relevantes do marxismo, que opinaram sobre o tema antes desta última data (como Lênin, desaparecido em 1924, e também Lukács, em *História e consciência de classe*¹⁴, obra publicada em 1923), só dispunham do *Anti-Dühring* como referência. Também se questionou o número de leis, como se constituísse mero palpite de Engels. Desconhecem os críticos, talvez, que Marx e Engels tomaram as leis da dialética de Hegel, e o seguiram na concepção da existência de três leis fundamentais, que nada têm de aleatório, e que Hegel formulou e fundamentou extensamente na *Ciência da Lógica*¹⁵. Seria de esperar que os críticos contestassem teoricamente, de modo consistente, esta fundamentação, mas não o fizeram. A simples formulação destas leis, como orientadoras do pesquisador, pode ser considerada um passo revolucionário em relação às concepções em que se baseiam a lógica formal e a metafísica, uma vez que elas dão suporte ao conceito fundamental do movimento como estado ou forma normal de existência da matéria, o que significa que esta, como um todo e em cada um dos seus segmentos, é um conjunto de processos e não de elementos imutáveis¹⁶.

Por outro lado, a dialética também incorporou uma nova e mais relevante concepção do movimento – o auto-movimento –, colocada em evidência pelo desenvolvimento das ciências naturais nos dois séculos anteriores. A forma mais simples do movimento – e a primeira a ser reconhecida – foi o movimento mecânico, isto é, o deslocamento dos corpos no espaço. Esta forma de movimento resulta da ação recíproca entre os corpos e tem, portanto, uma causa externa. Todavia, a forma mais significativa de movimento é o automovimento, isto é, que tem sua origem na estrutura interna dos

¹⁴ "A crítica de Lukács é endereçada especialmente à aplicação da dialética à natureza, por Engels, no *Anti-Dühring*: 'Os equívocos suscitados pela maneira engelsiana de expor a dialética derivam essencialmente de que Engels – seguindo o mau exemplo de Hegel – estendeu o método dialético ao conhecimento da natureza ...' " (Lukács, *Sociologia*. NR 6, p. 64). Mas, segundo Burkett, após exaustiva pesquisa textual, Lukács oscilou, ao longo de toda a sua obra, entre a aceitação e a rejeição da validade da dialética na natureza. Deve-se aduzir que a crítica de Lukács, na obra de 1923, resume-se a uma frase sem fundamentação. Crítica do mesmo tipo, embora com outra base, foi formulada por Sartre (1966). Mas as críticas decepcionam por não apontarem uma explicação para o movimento, a transformação, na natureza, como alternativa à dialética.

¹⁵ "As verdadeiras leis da dialética já existem em Hegel, se bem que em forma mística. É necessário libertá-las dessa forma ..." (Marx, 1974, p. 547). "Todas as três [leis – cmg] são desenvolvidas por Hegel no seu jeito idealista como meras leis do *pensamento*: a primeira, na primeira parte da sua *Lógica* [Ciência da lógica – cmg], na Doutrina do Ser; a segunda ocupa toda a segunda e de longe a mais importante parte da sua *Lógica*, a Doutrina da Essência; finalmente a terceira figura como a lei fundamental para a construção de todo o sistema" (Engels, 1964, p. 63).

¹⁶ "Tudo o que existe, tudo o que vive sobre a terra e sob a água, não existe, não vive senão por um movimento qualquer. Assim, o movimento da história produz as relações sociais (...)" (Marx, 1978, p. 118). "O movimento é o modo de existência da matéria. Nunca, em parte alguma, existiu, nem pode existir, matéria sem movimento" (Engels, 1976, p. 51).

próprios objetos ou fenômenos e altera a sua natureza¹⁷. Neste caso o movimento, ou a transformação, é impulsionada pelas contradições internas inerentes a todas as formas e manifestações da matéria¹⁸. A relevância deste princípio pode ser ilustrada, por exemplo, por constituir a essência do objetivo de Marx ao elaborar o O capital: "... a finalidade última desta obra é descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna ..." (DKI, p. 3; OCI, p. 13).

Encontra-se frequentemente críticas à exposição das leis da dialética por Engels, mas poucas tentativas de desenvolvê-las. Marx utiliza-se amplamente destas leis na exposição de O capital, geralmente implícitas na argumentação, sem citá-las diretamente. Um dos poucos – mas significativos – exemplos ilustrativos disto e da coincidência da opinião de Marx e Engels a este respeito pode ser observado a seguir. Trata-se da lei da transformação do acúmulo de mudanças quantitativas em mudança qualitativa, a respeito da qual Engels foi bastante preciso¹⁹. Marx a aplica à economia e aponta a sua aplicação igualmente às ciências naturais:

"O possuidor de dinheiro ou de mercadorias só se transforma realmente em capitalista quando a soma mínima adiantada para a produção ultrapassa de muito o máximo medieval. Aqui, *como nas ciências naturais*, comprova-se a exatidão da lei descoberta por Hegel, em sua Lógica, de que modificações meramente quantitativas em certo ponto se transformam em diferenças qualitativas". Em nota de rodapé Marx acrescenta: "A teoria molecular aplicada pela Química moderna ... não se baseia em outra lei" (Marx, 1981, p. 273; 1983, p. 243, *itálicos acrescentados*).

Uma crítica comum a Engels refere-se ao seu exemplo sobre as implicações dialéticas do movimento espacial: um corpo em movimento entre os pontos A e B já não se encontra no ponto A, mas também ainda não se encontra no ponto B. Considera-se 'óbvio' que o corpo ou está em A ou está em B²⁰. Os críticos parecem desconhecer não só o fato de o exemplo ser do próprio Hegel, como de este ter respondido à crítica lapidarmente: a representação do movimento pela localização sucessiva em dois pontos, como A e B, não é representação do movimento, mas do resultado do movimento. O movimento deveria ser a representação do processo de migração do corpo de um ponto a outro, que implica que não se encontra em um nem em outro. Elementos de demonstração deste enunciado, hoje já estão disponíveis na matemática avançada, segundo Lawvere, membro de um grupo atual da matemática de fronteira:

¹⁷ Segundo Hegel, "... uma lei (...) descreve o auto-movimento, ao invés do movimento imprimido do exterior. O auto-movimento é necessário, enquanto [o segundo – cmg] (...) é contingente, no sentido de que o primeiro expressa a natureza da entidade que se move, enquanto o segundo não o faz" (Hegel, apud Burkett, 1998).

¹⁸ Por exemplo, "... se se deseja avaliar corretamente a produção feudal, deve-se encará-la como um modo de produção baseado na contradição" (Marx, 1977, p. 140; 1978, p. 135).

¹⁹ Engels enuncia uma lei precisa: "... na natureza, de um modo fixado com exatidão em cada caso individual, as mudanças qualitativas só podem ocorrer através da adição quantitativa ou subtração quantitativa de matéria ou movimento (assim chamada energia)" (Engels, 1964, p. 64).

²⁰ Hirsch, por exemplo, afirma que o argumento dialético 'está simplesmente errado: um objeto em movimento está em diferentes lugares em diferentes momentos, não em diferentes lugares no mesmo momento' (Hirsch, 2004).

"The characterization of motion as the presence of the same body in two places at the same time is only an *irresolvable* contradiction if we ignore that the metaphysical opposition between points and neighborhoods (...) is not maintained in the practice even of mathematics" (Lawvere, p. 136).

A lógica formal distingue-se, em essência, da lógica dialética, porque supõe que as formas e leis do pensamento são elaboradas pelo ser humano, como meios de formação do conhecimento, independentemente da realidade objetiva. O fato de serem leis *formais*, isto é, referentes à forma dos argumentos, implica que são indiferentes ao conteúdo²¹.

A lógica formal foi elaborada originalmente por Aristóteles e permaneceu essencialmente inalterada até Hegel. Após ter dominado durante toda a Idade Média, a lógica formal aristotélica passou a sofrer "grave descrédito", e isto deveu-se – é essencial constatar – "ao notável desenvolvimento da matemática e da física, a partir do Renascimento", e em seguida da ciência de modo geral, que passaram a exigir novas normas de verdade" (Huisman & Vergez, p. 110), tornando obsoleta a lógica discursiva e formalística. Este tipo de lógica adaptava-se ao raciocínio predominantemente filosófico da Antiguidade, baseado no pensamento racional e na argumentação, mas com pouquíssima sustentação em pesquisa científica propriamente dita, praticamente ainda inexistente. A partir do Renascimento, porém, as brilhantes hipóteses filosóficas dos antigos passaram a converter-se em teorias científicas, o que apontou para a necessidade de uma nova lógica (Fataliev, p. 92). Hegel, finalmente, descartou inteiramente a lógica formal e elaborou a lógica dialética, que era, segundo ele, a lógica propriamente dita²². É esta nova lógica que ele expôs em uma das suas mais importantes obras, "A ciência da lógica"²³, mas em forma idealista, não materialista.

Há uma tendência de se dar destaque à oposição entre a dialética e a lógica formal, deixando em segundo plano a oposição à metafísica. No entanto, se a dialética se opõe de modo absoluto à metafísica, a sua oposição à lógica formal é apenas relativa, uma vez que, segundo Engels, a dialética supera a lógica formal mas a incorpora, como já mencionado. Deste modo, para a pesquisa marxista a crítica ao estilo metafísico é mais relevante que a crítica à lógica formal, sem no entanto ignorar esta.

²¹ "Interpretadas como *leyes formales*, son verdaderas por su forma, independientemente del contenido; esto quiere decir que son verdaderas respecto de cualquier objeto en cualquier mundo posible" (Comey, p. 53) . Este é o exato oposto da espirituosa argumentação contrária de Hegel

²² "Hegel se opuso a la lógica formal con desprecio (...). Para Hegel, la lógica verdadera es la dialéctica, no la formal, y la lógica dialéctica es la más fundamental de todas las ciencias" (Comey, p. 54).

²³ Costuma-se desacreditar a pretensão do marxismo, de atribuir o caráter de lógica à dialética, exigindo definições e detalhamentos que, alega, o marxismo não apresenta. Omitem os críticos que a caracterização da dialética como lógica foi afirmada e fundamentada extensamente por Hegel na "Ciência da lógica", que é a ciência da lógica dialética. Ao adotar a dialética de Hegel, o marxismo não adotou simplesmente o nome, que seria de pouca utilidade, mas a sua concepção inteira, incluindo as leis e demais detalhes, mas inverteu a relação Ser/Pensar [ver a 'forma mística'].

1.4. O método da abstração

Os conceitos de abstração e do seu produto, o abstrato, são importantíssimos na teoria de Marx e Engels, e no presente artigo eles comparecem inúmeras vezes. Como já mencionado, Marx atribui à abstração a condição de principal método da economia política. É indispensável, portanto, que os estudiosos marxistas conheçam este método e suas implicações profundamente. O mesmo vale para o conceito do concreto, o oposto do abstrato, ao qual se chega por intermédio da concretização, oposto da abstração (Lange, p. 98-112).

A abstração é utilizada por Marx em dois sentidos. Por um lado, como processo sistemático e originalmente espontâneo de formação de conceitos pelo ser humano. Neste sentido, praticamente todos os substantivos são abstrações, isto é, conceitos que expressam as essências dos diferentes conjuntos de objetos ou fenômenos. Este entendimento de Marx está presente na sua exposição da diferença entre os conceitos idealista e materialista de abstração, seu processo e implicações. Marx utiliza como exemplos os conceitos de fruta (M/E, 1974a), que pertence ao âmbito da natureza, e de trabalho (Marx, 1902-03), pertencente ao âmbito da sociedade. Teoricamente, portanto, a abstração é o método através do qual o ser humano apropria-se da realidade objetiva à sua volta – o concreto real –, a partir das impressões captadas pelos sentidos – que constituem o concreto sensorial –, com base na atividade prática e por intermédio da elaboração de abstrações, em um caminho que vai do concreto real ao abstrato (ibidem; Germer, 2003).

O segundo sentido é como ferramenta intelectual formal das ciências sociais para as operações de análise teórica. Com o desenvolvimento da ciência, os métodos das ciências naturais e sociais dividiram-se no que diz respeito à abstração. Nas ciências naturais, nas quais os fenômenos do concreto real são representados por objetos ou substâncias físicos ou redutíveis a estes, a abstração mental pode ser substituída, em larga medida, em laboratório, por métodos naturais de purificação dos fenômenos a analisar. Nas ciências da sociedade, porém, os fenômenos a analisar consistem basicamente, não em objetos, mas em relações entre os seres humanos, que não podem se isoladas em laboratório, a abstração mantém-se como o principal método, sendo este o caso também da economia política: "... na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos" (OCI, p. 12). O conjunto de abstrações que representam as essências dos elementos relevantes da totalidade conceitual de um recorte da realidade material, e suas interrelações, são sintetizadas em uma teoria explicativa, chamada concreto pensado ou teoria, que reproduz o mundo material pelo pensamento, em um processo que vai do abstrato ao concreto pensado, oposto à fase anterior.

1.5. Do abstrato ao concreto pensado, e deste ao concreto real – método teórico e método aplicado

Os escritos de Marx e Engels sobre o método referem-se ao processo de apropriação da realidade objetiva pelo pensamento, ou seja, de formulação da teoria que explica determinado fenômeno da realidade. Denominaremos este método de método teórico²⁴, por tratar-se do método de elaboração das teorias. Marx divide o método, assim concebido, em duas fases, como já exposto. São as fases de análise (decomposição da realidade analisada em suas partes constituintes) e de síntese (recomposição da realidade, no pensamento, através da agregação das partes separadas)²⁵. É significativo que, para Marx, é esta segunda fase que constitui "o método cientificamente correto" (Marx, 1902-3, p. 773). Compreende-se este entendimento porque o resultado desta fase é a teoria, a explicação do objeto estudado, que é o objetivo da pesquisa científica.

Deve-se notar que o problema focalizado por Marx é o da elaboração de uma teoria, mas não do uso ou da aplicação da teoria. Ou seja, a exposição de Marx detém-se na teoria que foi elaborada pelo pensamento. Mas a teoria, representada pelo concreto pensado, por sua vez, torna-se um guia para a ação, isto é, para a atividade prática, que é o problema que aqui se pretende examinar. Para esta exposição é necessário esclarecer o sentido do concreto. O concreto pensado não é o concreto real, isto é, o empírico, mas uma síntese ou agregação, no pensamento, das abstrações ou conceitos que representam os elementos essenciais do concreto real no pensamento. Ou seja, o concreto pensado, a teoria, ainda é uma representação abstrata do real, formada por abstrações ou conceitos que representam os elementos essenciais da realidade analisada.

O pesquisa, porém, não se detém na teoria, mas tem um passo a dar após atingir o concreto pensado ou teoria, que consiste em aplicar a teoria à realidade empírica, e esta passagem requer, também, um método, que aqui se denominará método aplicado. Entende-se aqui, por aplicação da teoria, a atividade do pesquisador cujo objetivo é explicar uma forma de existência empírica que a teoria representa no plano abstrato. O método aplicado consiste em localizar na realidade empírica os elementos correspondentes aos conceitos abstratos e as suas interconexões, assim como o movimento do real analisado, isto é, o seu processo de evolução (Lange, p.114-138). Por exemplo, a teoria do capitalismo, exposta no O capital, é uma construção abstrata, que representa a essência do capitalismo mas não representa especificamente um capitalismo realmente existente. A teoria do capitalismo foi elaborada por Marx e encontra-se exposta no O capital, que é, portanto, um concreto pensado, isto é, a reconstrução do objeto pesquisado – o capitalismo – no e pelo pensamento. Não é

²⁴ Adotamos a expressão 'método teórico' inspirados por uma referência de Marx (1902-3, p. 774).

²⁵ Engels expressa a mesma idéia quando afirma que "... o pensamento consiste tanto em decompor analiticamente os objetos representados na consciência em seus elementos, como em unir os elementos conexos numa unidade. Sem análise, não há síntese" (Engels, 1976, p. 38; 1978, p. 39).

necessário, portanto, repetir o percurso de Marx, do concreto real ao concreto pensado, pois ele já o fez. Mas a teoria do capitalismo, elaborada por Marx, destina-se a servir para compreender os capitalisms reais e neles atuar. Para o pesquisador atual, ao tratar de compreender uma economia capitalista real, a teoria do capitalismo é o guia que lhe indica as categorias que deve procurar, e onde procurá-las. O pesquisador, portanto, deve dar um passo além daqueles expostos por Marx.

Este passo consiste em reencontrar na realidade material o segmento que corresponde, no concreto real, ao concreto pensado ou teoria de que se está fazendo uso. Ao fazê-lo, o pesquisador defronta-se com uma dificuldade, apontada por Marx, que consiste em que o caminho do abstrato ao concreto é mais difícil do que do concreto ao abstrato²⁶. Isto deve-se ao fato de que a teoria é uma construção composta de abstrações, que consistem da essência dos objetos realmente existentes. Estes, no entanto, expõem à observação não a sua essência, mas a sua aparência, que geralmente mascara a sua essência. Daí resulta que o pesquisador vê-se diante de um cipal de aparências, no interior do qual deve localizar os conceitos da sua teoria.

Dois requisitos são fundamentais para o sucesso do pesquisador: em primeiro lugar, deve conhecer suficiente e detalhadamente a teoria do fenômeno que está pesquisando, e que, no caso do capitalismo, é a teoria de O capital e das obras de marxistas que a complementaram; em segundo lugar, deve estudar e conhecer também suficiente e detalhadamente as características do fenômeno empírico que, no caso do capitalismo, é a economia capitalista que está sendo pesquisada. O método aplicado consiste, portanto, em utilizar a teoria que explica um fenômeno como guia para encontrar na manifestação real do fenômeno, que está sendo analisado, isto é, no fenômeno real, os componentes e suas conexões, indicados pela teoria.

2. Os grandes ramos do método

2.1. As grandes divisões da matéria e dos ramos do conhecimento

O mundo material pode ser dividido, para fins analíticos, das mais diversas maneiras, dependendo da finalidade de cada pesquisa. No entanto, há também uma divisão que não depende da finalidade da pesquisa, mas das diferentes naturezas qualitativas de diferentes esferas da matéria. Assim, segundo a sua natureza, a matéria pode ser dividida, em primeira aproximação, em Natureza, Sociedade e Pensamento. A sociedade é a matéria consciente organizada socialmente, que é o objeto de pesquisa do materialismo histórico. Neste caso o objeto não é o ser humano enquanto ente biológico, mas enquanto ser social, isto é, coletivo de indivíduos interligados por relações sociais baseadas em determinada forma histórica da propriedade dos meios de produção.

²⁶ "Se é fácil gerar a representação abstrata 'a fruta' a partir de frutas reais, muito mais difícil é gerar frutas reais a partir da representação abstrata 'a fruta'" (Engels e Marx, 1973, p. 60).

Os grandes ramos do conhecimento humano, que acompanham a divisão da realidade material segundo as suas diferentes naturezas, são basicamente as ciências naturais, as ciências sociais ou humanas, tomadas como sinônimos, e a filosofia. O materialismo filosófico e a dialética, aplicados às ciências naturais, podem ser denominados materialismo naturalista (Marx e Engels; Marx, *materialismo naturalista* nos GR, em esp, p. 30; Introdução à Contribuição ...). Os métodos das ciências naturais não são objeto do presente artigo.

2.3. O método das ciências da sociedade – o materialismo histórico ou concepção materialista da história

O materialismo histórico consiste na aplicação do materialismo filosófico e da dialética materialista à pesquisa dos fenômenos da sociedade e, nesta condição, incorpora todos os princípios de ambos, expostos ou indicados acima. Assim, na análise da matéria social vigora o princípio de que a base material rege e determina o pensamento. Nesta esfera é onde mais facilmente o pesquisador corre o risco de desviar-se dos princípios materialistas, não só devido ao domínio absoluto do idealismo filosófico na sociedade atual, mas também porque o próprio pesquisador materialista é confundido pela ilusão de que é o pensamento que produz a realidade, induzido ao erro pelo fato de que reproduzir a realidade no pensamento é a única forma pela qual o ser humano a compreende (Marx, 1902-03). Na sociedade a matéria pesquisada é constituída pelos fenômenos sociais, e todos os fenômenos sociais são fenômenos materiais, portanto emanações da matéria socialmente organizada e em permanente movimento. Neste sentido, compreender qualquer esfera da realidade material implica identificar não só a sua estrutura, mas também as suas leis de movimento, de que é exemplo o objetivo declarado de Marx na sua análise do capitalismo, como já indicado.

Desde a revolução científica que caracterizou o Renascimento, as ciências naturais obedecem ao princípio materialista de que o seu objetivo é descobrir as leis que presidem os fenômenos analisados, leis que devem a sua existência unicamente às características da estrutura da matéria (Engels, s/d,a, p. 285-292), sem qualquer interferência de elementos de intencionalidade humana e menos ainda extra-humana. É um mérito inegável de Marx e Engels o fato de terem estendido este princípio fundamental à explicação dos fenômenos da sociedade, o que significa que, segundo a sua concepção, o objetivo das ciências da sociedade é descobrir as leis, do mesmo tipo das leis naturais, que presidem os fenômenos sociais pesquisados.

Um aspecto crucial para a compreensão do caráter científico do materialismo histórico é a compreensão de que o que distingue a concepção das leis sociais em Marx e Engels é o fato de lhes atribuírem as mesmas características das leis naturais. Em diversas passagens das suas obras filosóficas, ambos referem-se às leis que presidem os fenômenos sociais como leis que operam com a mesma força irreprimível, ou com a mesma férrea necessidade, das leis naturais, o que significa,

precisamente, que o movimento evolutivo da sociedade não é determinado por iniciativas intencionais dos seres humanos, mas por leis impessoais e geralmente não percebidas. Assim como as leis naturais emanam não de um ente sobrenatural mas das características da estrutura da própria matéria natural, as leis sociais emanam das características da estrutura social

São estas leis impessoais que impelem o ser humano a agir do modo que age. É este o sentido da sua menção às "leis naturais da produção capitalista (...) que atuam e se impõem com necessidade férrea"²⁷. Este princípio metodológico é crucial, pois implica que as leis que presidem o movimento evolutivo da sociedade independem de o ser humano ter delas consciência (Lange, p. 97, NF71).

Isso é o que Marx expressa ao afirmar que não é a consciência social que determina a vida social.

Disto segue-se que, embora o ser humano seja o autor ou produtor da sua própria existência e da sua própria história, ele as produz sem premeditação e sem ter consciência dos efeitos da sua ação e do próprio fato de ser a sua ação a causa do desenvolvimento histórico (Germer, 2009).

Os princípios da dialética aplicam-se igualmente à pesquisa da sociedade: esta, como parte do mundo material, consiste em uma totalidade de elementos organicamente interrelacionados, e tem no movimento, na transformação, um elemento constituinte da sua forma de existência; o que determina o movimento da sociedade são as contradições a ela inerentes e que, nos modos de produção baseados na propriedade privada, são contradições entre os interesses opostos das classes sociais, cujo fundamento é a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção vigentes; as contradições de interesses de classes conduzem à luta de classes.

O movimento histórico da sociedade materializa-se na sucessão de modos de produção, o que determina a existência de dois campos específicos de pesquisa que, embora interligados, podem ser separados para os fins da pesquisa: o referente às leis de movimento próprias a cada modo de produção, e o referente às leis que presidem a transição de um modo de produção a outro.

2.2. A estrutura teórica da sociedade

A sociedade deve ser concebida como uma estrutura complexa. Esquemáticamente, ela pode ser dividida em três patamares superpostos: na base as forças produtivas como base técnica; sobre esta,

²⁷ Diversas passagens repetem este princípio: "(...) leis naturais da produção capitalista ... Aqui se trata dessas leis mesmo, dessas tendências que atuam e se impõem com necessidade férrea"; ou ainda, "o meu ponto de vista, [que] concebe o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural"; e ainda: "...o tempo de trabalho socialmente necessário à sua [das mercadorias - cmg] produção se impõe com violência como lei natural reguladora, do mesmo modo que a lei da gravidade ..." (DKI, p. 54; OCI/1, p. 73). Ao dizer isto, Marx cita Engels: "Que se deve pensar de uma lei que se pode impor apenas por meio de revoluções periódicas? É, pois, uma lei natural, que se baseia na inconsciência dos participantes." (ENGELS, F., "Umrisse zu einer Kritik der Nationaloekonomie" [Elementos para uma crítica da economia nacional]. In: *Deutsch-Franzoesische Jahrbuecher*. Paris, 1844.) (Marx, ibidem). A força destas leis observa-se, segundo Marx, inclusive nos níveis mais elementares da organização social, por exemplo: "A lei, que regula a divisão do trabalho comunal, opera aqui com a autoridade inquebrantável de uma lei natural (...)"(OCI/1, p. 281).

as relações sociais de produção como base econômica, e finalmente a superestrutura (jurídica, política, ideológica, cultural, etc), que é determinada pelas relações de produção²⁸ e pode ser definida como a esfera das relações ideológicas em sentido amplo:

"Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social." (Marx, 1982, p. 26).

O objeto de pesquisa do materialismo histórico é constituído pelas relações sociais, que devem ser divididas em dois grupos. O primeiro pertence à base econômica, campo das relações sociais de produção, que são as relações fundantes, e o segundo à superestrutura, campo das relações ideológicas ou da consciência, que são as relações derivadas das primeiras. Deve-se notar, porém, que o materialismo histórico possui uma teoria desenvolvida apenas da base econômica, isto é, das relações de produção, representada pelo O capital e demais obras econômicas de Marx e Engels. A base técnica, composta pelas forças produtivas, é objeto das ciências naturais e tecnológicas. Não há, porém, uma teoria unificada, ou um conjunto de teorias, que expliquem o processo de derivação da consciência social a partir do ser social ou, em outras palavras, da superestrutura a partir das relações de produção, por exemplo, uma teoria sobre o processo de derivação das correntes de pensamento filosóficas e ideológicas, ou das manifestações culturais, etc, a partir das relações de produção²⁹. É significativo que diversas polêmicas no campo marxista giram precisamente em torno da interpretação materialista histórica destes fenômenos, frequentemente sem consideração suficiente com a sua relação com as relações de produção³⁰.

2.3.1. Pressupostos e conceitos fundamentais

O primeiro conceito fundamental do materialismo histórico é o conceito de sociedade. A sociedade não é a quantidade da população, mas a rede de relações que interliga os seus membros³¹ (Marx, 1902-03). Esta rede de relações possui uma estrutura, caracterizada por relações fundantes e

²⁸ "... os homens, que produzem suas relações sociais em conformidade com a sua produtividade material, produzem também as *idéias*, as *categorias*, isto é, as expressões abstratas ideais destas mesmas relações sociais" (Marx e Engels, 1974, p. 68, 98).

²⁹ Marx não deixou de referir-se a este problema: "É efetivamente muito mais fácil mediante análise descobrir o núcleo terreno das nebulosas representações religiosas do que, inversamente, desenvolver, a partir das relações reais de vida de cada momento, as suas formas celestializadas. Este último é o único método materialista e, portanto, científico" (Marx, 1981, p. 331; 1984, p. 8).

³⁰ Referências adicionais sobre este importante problema podem ser encontradas em Lange, p. 34-43; Althusser, 1967, passim; Harris, p. 204.

³¹ "O que é a sociedade, qualquer que seja a sua forma? O produto da ação recíproca dos homens" (Marx, 1974, p. 21; 2011).

relações derivadas. Com base nas concepções materialistas da primazia da matéria sobre o pensamento – enunciada no método geral e que constitui um princípio metodológico geral – e do trabalho social como condição geral da existência humana, segue-se que a base material da sociedade é constituída pelas relações que os seres humanos estabelecem na produção e distribuição dos seus meios de vida, as relações de produção e distribuição, tais como definidas acima, que são as relações fundantes. Sobre esta base erguem-se relações derivadas e "uma superestrutura jurídica e política" e "formas sociais determinadas de consciência" (Marx, 1974, pref, p.136).

Se o ser humano produz a sua própria história sem ter disto consciência, é preciso identificar a motivação que o força sistematicamente a uma ação da qual resulta, involuntariamente, a sociedade e sua evolução histórica (Germer, 2009). Esta ação decisiva é o trabalho, e a motivação fundamental – instintiva – é a obtenção dos meios necessários à sobrevivência, e constitui um pressuposto metodológico fundamental do materialismo histórico. Assim, o trabalho é a atividade prática fundamental e a causa não intencional de todo o desenvolvimento histórico.

No entanto, o ser humano trabalha cooperativamente. O trabalho organizado deste modo, e condicionado pela forma da propriedade dos meios de produção, implica que os indivíduos devem relacionar-se, tanto para produzir como para distribuir os seus produtos. Estas relações necessárias formam uma rede de relações sociais (abreviadas como 'relações de produção')³². Esta é a base do conceito materialista de sociedade.

Daí segue-se um princípio metodológico, que corresponde à primazia da realidade material, segundo o qual "o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida, social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência" (Ibidem, p. 136). Ou seja, é a rede de relações em que os indivíduos estão mergulhados que determina a sua consciência, isto é, a superestrutura jurídica e política, assim como os componentes ideológicos, culturais e assim por diante. Assim, a pesquisa social, com base no materialismo histórico, implica identificar os elementos desta rede de relações, em cuja base encontram-se as relações de produção e distribuição, que constituem a base ou estrutura econômica da sociedade e o objeto da ciência econômica materialista.

Entre os pressupostos e conceitos fundamentais específicos da ciência da sociedade aparecem os conceitos de nível de desenvolvimento das forças produtivas e da sua relação com as relações de produção e distribuição; de propriedade dos meios de produção; de classes sociais e seu fundamento, conceitos que convergem para o conceito fundamental de modo de produção.

³² "As relações de produção de cada sociedade constituem um todo" (Marx, 1977, p. 130).

No que se refere às forças produtivas, o primeiro princípio relevante é o papel especial desempenhado pelos meios de trabalho, que constituem o elemento diferenciador das épocas históricas (OCI/1, cap. 5). A relação entre as forças produtivas e as relações de produção é o segundo princípio fundamental do materialismo histórico no que se refere ao papel das forças produtivas, segundo o qual as relações de produção são determinadas pelo grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas, e alteram-se qualitativamente à medida que as forças produtivas experimentam o mesmo tipo de mudança³³. Este é um tema crucial para o materialismo histórico, motivo de acesa polêmica nos dias de hoje, referente ao papel das forças produtivas como fator determinante do desenvolvimento social e da sucessão de modos de produção. Este princípio, contestado por muitos marxistas, possui um sólido caráter materialista histórico (Germer 2009). Com base nestas duas categorias elabora-se o conceito de modo de produção, que designa uma forma histórica específica de organização da sociedade.

O automovimento histórico da sociedade materializa-se na sucessão de modos de produção, o que determina a existência de dois campos de pesquisa: o referente às leis de movimento próprias a cada modo de produção, e o referente às leis que presidem a transição de um modo de produção a outro. As seções seguintes apresentam uma sequência descendente, como se cada uma derivasse logicamente da anterior. Rigorosamente, porém, elas deveriam ser apresentadas em ordem inversa, isto é, a partir das teorias dos modos de produção particulares específicos, através de generalização crescente, às teorias gerais dos modos de produção particulares, e destes, à teoria geral dos modos de produção. O mesmo no que diz respeito à transição entre modos de produção. Mas a transição está pressuposta desde o início, pois, com base no princípio dialético do auto-movimento da matéria, objetiva-se identificar as leis de movimento, isto é, de transformação, de cada modo de produção. Isto significa que os temas das diversas seções estão pressupostos conjuntamente desde o início. No entanto, no feliz enunciado de Netto (2011, p. 27), baseando-se na célebre fórmula de Marx, "a investigação (...) parte de perguntas (...), a exposição (...) parte dos resultados".

2.3.2. A teoria geral dos modos de produção

Os modos de produção são as fases "historicamente determinadas" (DKI, p. 55), qualitativamente diferentes umas das outras, que caracterizam o desenvolvimento da sociedade humana. Cada modo de produção constitui uma combinação de determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas com o correspondente sistema de relações sociais de produção e distribuição,

³³ "As relações sociais estão intimamente articuladas às forças produtivas. Com a obtenção de novas forças produtivas os seres humanos alteram o seu modo de produção, e, com a alteração do modo de produção, do modo de obter seus meios de subsistência, alteram todas as suas relações sociais (Marx e Engels, 1974a, p. 68).

determinadas pelas forças produtivas, e que se expressam em uma forma jurídica determinada da propriedade dos meios de produção (Marx, 1980, p. 100; 1981, p. 60; 1977, p. 130).

Como toda matéria, a matéria social – a sociedade – move-se, isto é, transforma-se ao longo da história, e este movimento histórico segue as leis dialéticas já expostas. Cada modo de produção segue uma sequência de fases: nascimento, desenvolvimento, auge e declínio (que coincide com a emergência do novo modo de produção), sequência que é determinada pelas leis de movimento do modo de produção, que colocam em evidência a natureza e as tendências de cada modo de produção.

A definição do modo de produção parece simplista, mas isto deve-se, em parte, ao fato de ser uma definição abstrata, isto é, composta por abstrações. Mas, melhor observada, revela-se rica de conteúdo, que é colocado em evidência no detalhamento de cada um dos seus componentes. Assim, por exemplo, as relações de produção formam um sistema de relações, baseadas na forma jurídica da propriedade, expressão da forma objetiva ou material desta. Tratando-se de modos de produção baseados na propriedade privada, a sociedade divide-se em duas classes fundamentais – proprietários e não-proprietários de meios de produção –, cujas contradições e seu movimento determinam o auto-movimento do modo de produção. Mas cada classe decompõe-se em duas ou mais camadas, cujas relações recíprocas formam o sistema de relações mencionado.

O método de elaboração da teoria geral dos modos de produção incorpora todos os elementos do método teórico geral (materialismo filosófico e dialética materialista) e destina-se a expor a estrutura do conceito de modo de produção e da transição entre modos de produção, ambos como processos ou auto-movimento, indispensáveis ao estudo consistente de um modo de produção individual concreto, como por exemplo o capitalismo.

Neste caso trata-se do método teórico, para a elaboração da teoria geral ou abstrata, dos modos de produção, obtida por intermédio da generalização das características essenciais dos modos de produção particulares excluindo as características que diferenciam cada modo de produção dos demais. Não se trata de um modo de produção particular, como o capitalista ou feudal ou outro. Sendo um conceito abstrato, "o" modo de produção não existe como entidade real. Como qualquer conceito abstrato, é um produto do pensamento, como já exposto.

A referência a um modo de produção 'particular' possui dois sentidos. Por um lado, refere-se à teoria geral de cada modo de produção particular, como, por exemplo, as teorias gerais do feudalismo ou do capitalismo. Estas últimas, embora mais concretas que a teoria geral dos modos de produção, ainda são teorias abstratas, uma vez que constituem generalizações das características essenciais de cada modo de produção, como as do feudalismo em geral, mas não se referem a um

país ou região concretos, como, por exemplo, o feudalismo na França. Por outro lado, como teoria de um modo de produção particular concreto, cuja elaboração é feita com o uso do método aplicado.

O exemplo óbvio é *O capital*, de Marx, que é uma teoria geral, isto é, abstrata, do modo de produção particular que é o capitalismo, mas não é uma teoria de um modo de produção particular concreto, por exemplo, do capitalismo no Brasil, ou na França, etc. Os modos de produção particulares específicos são analisados com base não na teoria geral dos modos de produção, mas nas teorias gerais dos modos de produção particulares aos quais pertencem. Assim, o capitalismo brasileiro deve ser analisado não através da teoria geral dos modos de produção, mas da teoria geral específica do capitalismo, que é *O capital*, e tendo como referência a matriz teórico-metodológica exposta precedentemente.

Finalmente, a evolução da relação entre os dois elementos básicos do modo de produção determina a dinâmica interna deste, colocando ambos em contradição crescente, que se expressa na contradição de classes e desemboca nas lutas de classes responsáveis pela transição a novo modo de produção (Germer 2009).

2.3.3. O método de pesquisa do desenvolvimento histórico ou da transição entre modos de produção

As leis que presidem a transição entre modos de produção têm o mesmo caráter de todas as leis que expressam o movimento imanente da matéria, isto é, operam com a força de leis naturais.

Referindo-se ao capitalismo, diz Marx que "a produção capitalista gera, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação" (DKI, p. 705; OCI/2, p. 294). No prefácio à *Contribuição à crítica da economia política* (Marx, 1982), Marx sistematiza a essência da teoria da transição, que desenvolveu desde os primeiros escritos próprios e em conjunto com Engels.

Com base na definição do modo de produção, pode-se definir a transição entre modos de produção, inicialmente de modo esquemático, como a transformação da estrutura vigente da relação entre forças produtivas e relações de produção (FP/RP) em uma nova estrutura da mesma relação e, correspondentemente, a emergência de uma nova estrutura de classes a partir da estrutura de classes vigente. A nova relação FP/RP é mais avançada, caracterizada por forças produtivas mais desenvolvidas e, correspondentemente, uma produtividade média do trabalho significativamente superior à da sociedade no interior da qual brotou, o que significa que a sucessão de modos de produção é progressiva. Esta conclusão pode ser demonstrada teoricamente e observada historicamente (Germer, 2009), e ao mesmo tempo metodologicamente, com base na lei dialética da passagem de formas mais simples a formas mais complexas de desenvolvimento da matéria, a negação da negação. As objeções a esta conclusão referem-se, geralmente, à ocorrência de

retrocessos localizados, mas que não desmentem a tendência geral observada na história da sociedade humana.

A mudança da relação FP/RP é causada pelo desenvolvimento progressivo das forças produtivas. Mudando as forças produtivas, mudam correspondentemente as relações de produção, o que significa que se altera a forma da propriedade e, conseqüentemente, mudam as relações entre os indivíduos na sociedade, que se baseiam na forma objetiva da propriedade. Surgem, portanto, novas classes sociais, em substituição às anteriores. A nova forma da propriedade cristaliza-se na forma jurídica, que assegura e protege institucionalmente o poder econômico da classe proprietária. A contradição básica do modo de produção é a que se estabelece entre as forças produtivas, que continuam desenvolvendo-se, e a forma da propriedade que, por expressar as relações de produção, se imobiliza na forma jurídica. À medida que o desenvolvimento das forças produtivas afasta estas, progressivamente, das relações de produção vigentes, embriões do novo modo de produção surgem e se desenvolvem, e a sua identificação permite visualizar a configuração do novo modo de produção.

Também neste caso deve-se fazer distinção entre uma teoria geral, ou abstrata, da transição entre modos de produção, e as teorias, também gerais ou abstratas, das transições específicas, como por exemplo, a teoria da transição entre o feudalismo e o capitalismo. A teoria geral da transição entre modos de produção refere-se às características gerais de toda transição entre modos de produção, independentemente de qual transição se trate, seja, por exemplo, a transição entre o escravismo e o feudalismo, ou entre o capitalismo e o socialismo. A teoria geral de uma transição específica seria, por exemplo, a teoria da transição entre o feudalismo e o capitalismo.

Outra coisa é o estudo de uma transição específica, já não como teoria geral ou abstrata, mas como estudo de uma transição concreta, por exemplo, entre o feudalismo e o capitalismo na Inglaterra. Neste caso trata-se da utilização do método aplicado, isto é, não de elaborar a teoria, mas de determinar as características empíricas da transição, na Inglaterra, correspondentes às categorias teóricas expostas na teoria geral da transição entre o feudalismo e o capitalismo.

2.3.4. O método teórico geral de pesquisa dos modos de produção individuais

Trata-se da elaboração da teoria geral de um modo de produção específico, ao qual pertence O capital, sob o título de 'economia política'. A economia política deve ser entendida, no marxismo, em dois sentidos. O primeiro como teoria econômica (burguesa) do capitalismo. Foi nesta qualidade, com efeito, que a economia política se desenvolveu historicamente, paralelamente ao desenvolvimento do próprio capitalismo. Mas Engels, no Anti-Dühring, conferiu-lhe, por generalização, um sentido mais amplo, como "ciência das leis que regem a produção e o

intercâmbio dos meios materiais da vida na sociedade humana" (1976, p. 127)³⁴. Nesta qualidade, a economia política constituiria a teoria mais geral, ou abstrata, da base econômica dos modos de produção, concretizando-se como teoria geral da base econômica de cada modo de produção – por exemplo, O capital em relação ao capitalismo – e como teoria específica de cada economia concreta de um modo de produção – por exemplo, o capitalismo na Inglaterra.

O método teórico de elaboração da teoria geral do modo de produção, pode ser representado através da agregação de algumas afirmações metodológicas de Marx no prefácio à 1ª ed de O capital, omitindo, no entanto, as referências ao capitalismo. Marx afirma propor-se a "... pesquisar ... o modo de produção ... e as suas relações correspondentes de produção e de circulação", com "... a finalidade... [de] descobrir a lei econômica do movimento da sociedade ...", ou seja, "a lei natural do seu movimento", o que significa que se "concebe o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural". E acrescenta: "... não se trata do grau mais elevado ou mais baixo de desenvolvimento dos antagonismos sociais que decorrem das leis naturais da produção Aqui se trata dessas leis mesmo, dessas tendências que atuam e se impõem com necessidade férrea" (DKI, Prefácio à 1ª ed.).

Duas indicações metodológicas de Marx merecem menção. A primeira é que, "na teoria, se pressupõe que as leis do modo de produção (...) atuem em sua forma pura [o que está implícito no princípio da abstração – cmg]. Na realidade, há sempre aproximação ..." (OCIII/1, p. 136). A segunda: para melhor entender um fenômeno, deve-se analisá-lo na sua forma mais desenvolvida, por isso a Inglaterra é a fonte principal de ilustração de O capital (OCI/1, p. 12).

2.3.4.1. O método da economia política – o método de pesquisa do modo de produção capitalista – *O capital*

Chegamos, finalmente, ao 'método da economia política' no sentido mais usual, de teoria geral do capitalismo. Como método teórico, a elaboração da teoria geral do capitalismo deve partir, via abstração como método básico, da progressiva identificação e purificação dos elementos constituintes fundamentais da base econômica do capitalismo. Esta elaboração foi uma obra, não apenas de Marx, mas de gerações de pensadores – como ocorre com praticamente todas as ciências –, cujos marcos históricos mais destacados são William Petty, no final do século xvii, considerado, por Marx fundador da economia política como disciplina científica, seguido pelos fisiocratas franceses e Adam Smith, autor da primeira versão de uma teoria acabada do capitalismo – o concreto pensado –, e tendo Ricardo como ápice da economia política clássica. Marx introduziu na

³⁴ "A economia política é, portanto, uma ciência essencialmente histórica. A matéria sobre a qual versa é uma matéria histórica, isto é, sujeita a mudança constante. Somente depois de investigar as leis específicas de cada etapa concreta de produção e de troca, como conclusão, nos será permitido formular, a título de resumo, as poucas leis verdadeiramente gerais, aplicáveis à produção e à troca, quaisquer que sejam os sistemas" (Engels, 1976, p. 127).

análise da base econômica do capitalismo, além de inúmeros elementos novos, a visão histórica, isto é, materialista e dialética, que é o que a diferencia essencialmente da economia clássica.

Como se pode observar revendo o texto do artigo em retrospectiva, há um longo percurso entre o método teórico geral do materialismo dialético e o método da economia política, que é o método teórico de estudo do capitalismo e, mais ainda, o método aplicado do mesmo estudo. Apesar desta distância metodológica, o 'método teórico da economia política' incorpora, como princípios metodológicos, todas as leis de desenvolvimento expostas nas sucessivas seções do artigo. Este método começa com a concepção materialista, isto é, da realidade material como única realidade, que se reflete no pensamento e nas teorias, e focaliza a realidade com base nos princípios da dialética materialista, que implica que a matéria, neste caso a matéria social, é intrinsecamente dinâmica, transforma-se, seguindo todas as leis da dialética materialista. O 'método da economia política' é um capítulo do materialismo histórico, aplicação do materialismo dialético ao estudo da sociedade, e incorpora portanto os princípios e pressupostos gerais do materialismo dialético e dos níveis sucessivos do materialismo histórico, aos quais acrescenta, ao final, aqueles específicos ao próprio capitalismo. Como capítulo do materialismo histórico, o 'método da economia política' pressupõe a existência de diferentes modos de produção ao longo da história, cuja sucessão expressa uma forma do movimento da matéria social, que é a transição de um modo de produção ao seguinte, em sucessão progressiva, e o movimento interno de cada modo de produção, que o conduz do nascimento ao declínio e à transformação em novo modo de produção.

Considerações finais

Este artigo procurou colher os principais elementos necessários à recuperação da matriz teórico-metodológica capaz de restabelecer o que se denominou, na introdução, unidade de fundo teórico-metodológica do marxismo. Também se afirmou ser isto necessário porque *O capital* não teria o formato e o conteúdo que tem sem esta matriz, motivo pelo qual os elementos desta, contidos em *O capital*, deveriam ser dele extraídos. No entanto, o que se constata é que estes elementos estão, na maior parte, pressupostos ou subjacentes à exposição de *O capital*, sendo necessário recorrer aos escritos propriamente filosóficos e metodológicos de Marx e Engels a fim de identificar a sua formulação teórica e a sua utilização prática na exposição de *O capital*.

Pode-se ilustrar a dependência da exposição de *O capital* destes elementos: o objetivo de Marx, de identificar a 'lei econômica de movimento' do capital, implica o pressuposto dialético da realidade em permanente movimento, entendido como auto-movimento que, na ausência de motivações sobrenaturais ou de intencionalidade, implica uma concepção materialista do real e o movimento impulsionado por contradições internas, o que conduz às leis da dialética. O movimento dialético pressupõe a mudança qualitativa e, como o objeto de *O capital* é o capitalismo, caracterizado como

modo de produção, segue-se que a mudança qualitativa representa a transição para um novo modo de produção, exigindo, portanto, hipóteses mais ou menos claras sobre a natureza dos modos de produção e da transição de um ao outro, ou seja, requer teorias, pelo menos em esboço consistente, dos modos de produção e da transição entre modos de produção, formulados com base nas concepções do materialismo filosófico e da dialética materialista.

No prefácio e no pós-fácio ao primeiro volume de *O capital* Marx refere-se explicitamente ao seu método como materialista e dialético, ao caráter passageiro do capitalismo, e à abstração como método fundamental das ciências sociais, portanto da economia. Estes elementos teóricos e metodológicos, e os demais não citados por ele, foram longamente refletidos e desenvolvidos por Marx e Engels, desde as suas primeiras obras, principalmente a partir da Ideologia alemã, após o que foram explicitamente afirmados como fundamentos da sua abordagem do capitalismo no célebre Prefácio de 1859 (Marx, 1982). Sendo assim, a matriz teórico-metodológica em que se apóia *O capital* compreende todos estes elementos, a começar do materialismo filosófico e da dialética materialista até as teorias dos modos de produção e da transição entre modos de produção.

Acrescentou-se uma fase da pesquisa, essencial às atividades do marxismo contemporâneo, que é o método que se denominou aplicado, isto é, a utilização da teoria da economia política como guia para a análise das economias capitalistas concretas de hoje.

Referências

- AFANASIEV, A. (s/d). Fundamentos de Filosofia. 2a. ed. corr. y aumentada. Moscú, Editorial Progreso.
- ANDERSON, P. (1976). Considerações sobre o marxismo ocidental. Porto, Portugal : Afrontamento. 155 p. (Original s/t, New Left Review, 1976).
- BHASKAR.R. Materialismo. Dicionário do Pensamento Marxista.
- BERGMANN, E. (1926). Einführung in die Philosophie. Erster Band: Erkenntnisproblem. Breslau : Ferdinand Hirt.
- BOTTOMORE, T. (Ed.) (1988). Dicionário do pensamento marxista. 2a. ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar.
- BURKETT, J.P. (1998). Marx's concept of an economic law of motion. *History of Political Economy* 32.2 (2000) 381-394.
- BURLATSKI, F. (Org.) (1981). Materialismo dialético. Moscú : Progreso.
- CARNEIRO, H. (2007). A origem da família, da propriedade privada e do Estado; Um texto atual. *Revista Marxismo Vivo*, nº 15, ano 2007, pg. 97-108.
- COMEY, D.D. (1975). Lógica. In: LOBKOWICZ, N. (Org.) (1975). *Marxismo y Democracia : Filosofía*. Tomo 4. Madrid : Rioduero., p. 47-67.
- DICCIONARIO DE FILOSOFIA [DF] (1984). Moscú : Editorial Progreso.
- ENGELS, F. (1978). Herrn Eugen Dührings Umwälzung der Wissenschaft ("Anti-Dühring"). Berlin : Dietz Verlag. In: MARX, K. / ENGELS, F. (1978). *Werke*, Band 20, p. 1-303.
- ENGELS, F. (1976). *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- ENGELS, F. (1978). *Dialektik der Natur*. Berlin : Dietz Verlag. In: MARX, K. / ENGELS, F. (1978). *Werke*, Band 20, p. 305-767.

- ENGELS, F. (1964). *Dialectics of Nature*. Third Revised Edition. Moscow : Progress Publishers.
- ENGELS, F. (s/f). Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, K. e ENGELS, F. (s/d). *Obras Escolhidas em 3 vol. Vol. 2*. São Paulo : Editora Alfa-Omega, p. 281-336.
- ENGELS, F. und MARX, K. (1973). *Die Heilige Familie oder Kritik der kritischen Kritik : gegen Bruno Bauer und Konsorten*. Berlin : Dietz Verlag. [A sagrada família]
- FATALIEV, Kh. (1966). *O Materialismo Dialético e as Ciências da Natureza*. Rio de Janeiro : Zahar.
- GERMER, C.M. (2003). A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: Corazza, G. (Org.). *Métodos da ciência econômica*. Porto Alegre : Editora da UFRGS.
- GERMER, C.M. (2009). Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. *Crítica Marxista*, IFCH, Unicamp, Campinas, n. 29, 2009, p. 75-95.
- HARRIS, L. Forces and relations of production. *Dictionary of Marxist thought*.
- HEGEL, G.W.F. (1990). *Wissenschaft der Logik I, Erster Teil: Die objektive Logik, Erstes Buch*. 2. Aufl. Frankfurt am Main : Suhrkamp Verlag. [Ciência da Lógica, 1a parte : A lógica objetiva]
- HEGEL, G.W.F. (1979). *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse*. In: _____ (1979). HEGEL, G.W.F. *Werke*. Band 8, Frankfurt a. M. 1979, S. 41-65.
<http://www.zeno.org/Philosophie/M/Hegel,+Georg+Wilhelm+Friedrich/Enzyklop%C3%A4die+der+philosophischen+Wissenschaften+im+Grundrisse>.
- INWOOD, M. (1997). *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar.
- KOPNIN, P.V. (1978). *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.
- LABICA, G. (1990). *As "Teses sobre Feuerbach" de Karl Marx*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor.
- LANGE, O. (1967). *Moderna Economia Política: Problemas Gerais*. 2a. ed. Rio de Janeiro : Ed. Fundo de Cultura.
- LÉNINE, V.I. (1982). *Materialismo e Empiriocriticismo; Notas críticas sobre uma filosofia reaccionária*. Moscovo : Ed. Progresso / Lisboa, Edições "Avante!".
- LUKÁCS, G. (1967). *History & Class Consciousness*. : Merlin Press, 1967.
<https://www.marxists.org/archive/lukacs/works/history/index.htm>
- LUKÁCS, G. (1981). *Sociologia / organizador José Paulo Netto*. São Paulo : Ática.
- MARX, K. *O capital*, I. Posfácio à 2ª ed alemã.
- MARX, K. (1974). Prefácio à Introdução à crítica da economia política. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo : Abril.
- MARX, K. (1974). Marx an Joseph Dietzgen. In: *Karl Marx / Friedrich Engels. Werke (MEW)*, v. 32. Berlin : Dietz Verlag, p. 547.
[https://marxwirklichstudieren.files.wordpress.com/2012/11/mew_band32.pdf]
- MARX, K. (1902-3). *Die Methode der politischen Ökonomie*. [Electronic ed.]. In: *Die neue Zeit : Wochenschrift der deutschen Sozialdemokratie*. - 21.1902-1903, 1. Bd.(1903), H. 23, S. 772-9.
[<http://library.fes.de/nz/>]
- MARX, K. *Teses sobre Feuerbach*. In: MARX, K. e ENGELS, F. (s/d, b). *Obras Escolhidas*. v. 3. São Paulo : Editora Alfa-Omega, p. 208-210.
- MARX, K. (1974). Carta a Annenkov, de 28 de dezembro de 1846. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Cartas sobre El Capital*. 2a. ed. Barcelona : Editorial Laia, p. 20-31.
- MARX, K. (1976). *Die Methode der politischen Ökonomie*. In: MARX, K. *Ökonomische Manuskripte 1857/58. Text - Teil 1. (Grundrisse I)*. Berlin : Dietz Verlag. *Karl Marx Friedrich Engels Gesamtausgabe (MEGA)*, II/1.1, p. 35-43.
- MARX, K. (1982) Prefácio à Contribuição à crítica da economia política. In: MARX, K. (1982). *Para a crítica da economia política*.

- MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K. e ENGELS, F. (s/d, b). Obras Escolhidas. v. 3. São Paulo : Editora Alfa-Omega, p. 208-210.
- MARX, K. (1977). Das Elend der Philosophie : Antwort auf Proudhons "Philosophie des Elends". Berlin : Dietz Verlag. In: K. MARX / F. ENGELS. Werke, Band 4. [A miséria da filosofia]
- MARX, K. (1978). Miséria da Filosofia. Lisboa : Editorial Estampa.
- MARX, K. (1981). Das Kapital; Kritik der politischen Ökonomie, Band I / Mit einem Geleitwort von Karl Korsch. Frankfurt/M : Ullstein Materialien.
- MARX, K. (1983). O Capital; crítica da economia política. v. I/1. São Paulo : Abril Cultural.
- MARX, K. (1984). O Capital; crítica da economia política. v. I/2. São Paulo : Abril Cultural.
- MARX, K.(2011). O método da economia política. In: MARX, K., Grundrisse, p. 77-89.
- MARX, K. et ENGELS, F. (1974a). Textes Sur la Méthode de la Science Économique / Texte Über die Methode der Ökonomischen Wissenschaft. Édition bilingue. Paris : Éditions Sociales.
- MARX, K. e ENGELS, F. (1974b). Cartas sobre El Capital. 2a. ed. Barcelona : Editorial Laia.
- MARX, K. e ENGELS, F. (s/d,a). Obras Escolhidas em 3 vol. Vol. 2. São Paulo : Editora Alfa-Omega.
- MARX, K. e ENGELS, F. (s/d,b). Obras Escolhidas em 3 vol. Vol. 3. São Paulo : Editora Alfa-Omega.
- MOSE, P.K. and TROUT, J.D. (Eds.) (1995). Contemporary materialism : a reader. London : Routledge.
- PRADO JR., C. (s/d). Teoria Marxista do Conhecimento e Método Dialético Materialista.pdf. s/1 : Ed. Ridente Castigat Mores. [G:\Claus 1-16out11\Filosofia].
- SARTRE.J.-P. et al (1966). Marxismo e existencialismo : controvérsia sobre a dialética. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro.
- SANTOS, W.G. (Org.) (1967). Dialética e ciências sociais. Rio de Janeiro : Zahar.
- WETTER, G.A. (1963). Filosofia e ciências da natureza na União Soviética. Lisboa : Livros do Brasil.